

*Estado de São Paulo  
Segunda-feira, 13 de maio de 2002*

## POLÍTICA INDUSTRIAL "MODERNA"

### Circulam Propostas Concretas e Equivocadas de Escolha de Vencedores

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

É natural que o início da campanha eleitoral tenha ensejado discursos de todos os candidatos presidenciais que enfatizam a necessidade de relançar a economia numa trajetória de crescimento rápido e sustentado, interrompida desde 1980. Pode-se presumir, com base nos postulados da racionalidade, que todos os governos desde então também colocavam entre seus objetivos prioritários o crescimento da renda per capita. Se isto não ocorreu, não se deveu à baixa prioridade do objetivo, mas a limitações de natureza macroeconômica associadas a descontrolado inflacionário e balanço de pagamentos. Os críticos mais ácidos do desempenho macroeconômico nos anos FHC devem tentar avivar a memória para incluir os anos 1981-1994, quando, além de manter-se estagnada a renda per capita, se conviveu com níveis inflacionários inaceitavelmente altos.

Para muitos, a retomada do crescimento no Brasil deve envolver necessariamente um aumento da atividade do governo na promoção de determinados setores da economia. Na discussão recente, vinha sendo um tanto nebuloso de que forma isto poderia deixar de ser uma repetição do passado: a escolha de uma nova safra de vencedores, com a festa correndo por conta de todos. Houve muito blablá sobre como a ação do governo seria vital para "adensar" as cadeias produtivas. Foi monotonamente repetida a história da fábrica de cinescópios que só seria instalada no Brasil se houvesse uma ação decidida do governo para coordenar os interesses do setor privado.

Com o documento "Bases para uma política industrial moderna", de Ana Cláudia Alem, José Roberto Mendonça de Barros e Fabio Giambiagi, dispõe-se afinal de uma proposta clara do que seria uma nova política industrial que, a julgar por alguns dos autores, seria endossada pelo pré-candidato governista. O documento contém parágrafos louváveis sobre políticas horizontais de estímulo à atividade econômica e também de estímulos às exportações. De fato, é essencial que haja maior articulação entre os órgãos do governo, que seja feita a reforma fiscal, que se consolide a estabilização, que sejam providos os estímulos à oferta de energia abundante e barata e que sejam ampliados os estímulos ao desenvolvimento tecnológico.

O documento é muito menos convincente quando trata de defender a escolha de uma nova onda de vencedores setoriais no Brasil, beneficiários de políticas seletivas de substituição de importações. Com base em casos de substituição de importações bem-sucedidos, selecionados discricionariamente - a famosa fábrica da Intel na Costa Rica, uma fábrica da St. Gobain na Índia, as políticas da Irlanda e de Cingapura -, defende-se uma política seletiva para a concessão de subsídios. Estes setores seriam escolhidos no Brasil com base na sua contribuição setorial ao balanço de pagamentos. Quanto maior o déficit comercial setorial, mais alta a prioridade para a escolha de vencedores setoriais. Com base neste critério foram escolhidos para que se beneficiem de crédito subsidiado os complexos químico e eletroeletrônico.

Não se entende bem na proposta se estes créditos seriam mais subsidiados do que os atualmente concedidos pelo BNDES, ou se simplesmente uma proporção maior dos empréstimos do sistema BNDES seria orientada para estes setores.

Em qualquer caso, a proposta, que está longe de ser original mesmo no Brasil, é vulnerável sob diversos aspectos.

Saldo comercial setorial como critério para estabelecer prioridade de investimentos é algo que não faz qualquer sentido econômico, pois saldos ou déficits apenas refletem as vantagens comparativas de cada país na produção de distintos bens. Não há qualquer indício de que a contribuição líquida ao balanço de pagamentos que decorreria da política proposta seria maior do que, digamos, a de uma política de estímulo à agricultura, setor amplamente superavitário. E será que os autores acham mesmo que subtraindo exportações das importações em cada setor obtêm uma medida decente do impacto setorial líquido ao balanço de pagamentos?

Na defesa do "novo" mecanismo de promoção à economia de divisas o documento é boa ilustração da regra de que a ênfase utilizada em um argumento está, com frequência, inversamente relacionada à qualidade da argumentação. Os argumentos são enfáticos mas fracos. Num tom quase orwelliano afirma-se que a política não implicaria descumprimento das normas da OMC, que não haveria subsídios e que não haveria arbitrariedade na concessão de empréstimos.

Nenhuma destas afirmações é correta. De fato haveria descumprimento das regras sobre subsídios de exportação da OMC, pois o apoio seria seletivo.

Isto frustraria qualquer proposta séria de combinar substituição de importações e aumento das exportações para alcançar escalas mínimas de produção, como desejam os autores. É claro que haveria subsídios "no sentido tradicional" (e em qualquer outro sentido), mesmo que se deixe de subsidiar outros setores para financiar os novos subsídios. E o processo seria vulnerável a arbitrariedades como qualquer processo de escolha de vencedores. Aliás, a história registra a vulnerabilidade de tais processos decisórios, no BNDES e fora dele. Basta lembrar alguns casos: Engesa, Villares, Caratiba, regime automotivo. Será que os que vão escolher no futuro são muito mais doutos e isentos do que os que escolheram no passado? Embora os autores incluam em seu artigo uma fervorosa afirmação de que não devem ser repetidos os erros do passado é exatamente isto que decorre de sua proposta: a mera repetição dos erros do passado. A política industrial proposta, além de não ter nada de moderna, é equivocada.